RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sexta-Feira, 13 de Novembro de 2026

PF intensifica operação sobre desvio de recursos para filme Dark Horse e mira ex-assessor de Mario Frias

Segunda fase da investigação sobre possível direcionamento de emendas parlamentares para financiamento de cinebiografia de Bolsonaro

A Polícia Federal desencadeou na sexta-feira (13) a etapa seguinte de sua operação que examina o suposto desvirtuamento de verbas públicas provenientes de emendas parlamentares destinadas ao financiamento do longa-metragem Dark Horse, uma cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Na capital federal, apenas um mandado de busca e apreensão foi executado. Conforme investigação realizada pela CNN, o foco da ação é Raphael Augusto Azevedo, que atuava como assessor do deputado federal Mario Frias (PL-SP).

O inquérito examina transferências que teriam sido indicadas pelo legislador a entidades de cultura e que possivelmente foram desviadas para outras atividades, incluindo a realização do Dark Horse. Na etapa anterior da operação, Karina Gama, administradora da companhia responsável pela execução do filme, e o próprio deputado receberam a atenção das autoridades.

Raphael também figurava como alvo da ação inicial da corporação, porém não foi encontrado naquele momento. A emissora tenta obter posicionamento de sua equipe jurídica.



Douglas Ruas define cúpula da segurança no Rio de Janeiro



Presidente do STJ defende reforma do Judiciário com cabeça, não com fígado



Vorcaro pede que Gilmar analise decisão de Fachin sobre manter caso Master

A diligência de sexta foi autorizada pelo magistrado Flávio Dino, integrante da corte suprema, e busca esclarecer a possível ocorrência de crimes como apropriação indébita, alteração de documentos, movimentação de capitais ilícitos, conspiração criminosa e infrações relacionadas a processos de contratação.

Segundo informações da corporação federal, os levantamentos conduzidos apontam para a formação de um "grupo delitivo integrado tanto por personagens ligados à administração quanto à iniciativa privada", acusado de redirecionar os valores recebidos para prestadores de serviço de forma desregrada e sem verificação adequada da efetiva entrega dos trabalhos pactuados.

Conforme explicitado pela instituição, análises contábeis revelaram circulação de muitos milhões de reais entre as organizações que compõem o grupo sob escrutínio.

Anteriormente em março, Dino determinou que Frias esclarecesse questões sobre uma transferência parlamentar de dois milhões de reais encaminhada ao Instituto Conhecer Brasil, organização não governamental associada à empresa produtora de Dark Horse.

O deputado refutou as suspeitas perante a corte suprema e sustentou que os valores foram empregados com propósitos assistenciais. O legislador atua como criador executivo da produção e foi encarregado da pasta de Cultura durante o governo anterior.

A investigação do longa-metragem "Dark Horse" encontra-se sob análise em dois processos distintos na corte suprema. Um processo é sob responsabilidade do magistrado André Mendonça e o outro, que investiga o eventual direcionamento indevido de transferências parlamentares, tem Dino como responsável.

Em junho, a corporação de segurança pública de São Paulo também deflagrou ação investigativa contra a organização produtora do longa "Dark Horse", a Go UP Entertainment. A medida da polícia estadual buscava apurar indícios de golpes e apropriação indevida de recursos governamentais. Após orientação de Dino, a corporação estadual repassou ao poder judiciário supremo as informações coletadas durante a fiscalização.